

Carta do Centro-Oeste

Os pesquisadores, docentes e discentes reunidos em Goiânia por ocasião do *Seminário Interdisciplinaridade: Desafios Institucionais*, após amplo e democrático debate sobre o tema e com o intuito de promover o aprofundamento da interdisciplinaridade nas Instituições de Ensino e Pesquisa afirmamos:

A produção e difusão de conhecimento tem se estruturado em todos os níveis de ensino, por meio da formação e consolidação de disciplinas científicas. Esta mesma lógica orienta as agências estatais que visam estimular a produção acadêmica e as distintas representações da comunidade científica. Se por um lado essa especialização tem produzido significativos avanços na investigação do real e na produção tecnológica, por outro lado, demonstra cada vez mais seus limites. O mundo contemporâneo apresenta questões complexas que requerem novas respostas e novas perguntas de um elenco de saberes que vão além dos conhecimentos disciplinares e científicos disponíveis.

Dentre os limites do modelo disciplinar atualmente predominante cabe ressaltar, dentre outras questões, que a formação disciplinar de várias gerações de produtores/difusores de conhecimento cristaliza uma cultura pouco afeita ao diálogo entre formas de saberes diferentes. Isso implica no desenvolvimento de estratégias para afirmar a hegemonia de campos específicos do saber, pouca cooperação e elevada competição individual. Essa cultura molda física e institucionalmente as Universidades e escolas brasileiras, de modo que as matrizes curriculares são estanques e os espaços físicos pensados de forma a perpetuar o isolamento. A organização universitária em faculdades, institutos e departamentos tem sistematicamente dificultado o diálogo e a formação de um ambiente acadêmico que propicie o convívio entre diferentes disciplinas. Essa pesada estrutura impede a destinação de recursos humanos e materiais importantes para práticas interdisciplinares de pesquisa, ensino e extensão.

A disciplinaridade impede a visão do todo e um planejamento institucional que permita uma efetiva interação entre discentes e docentes nas diferentes áreas e que proporcione maior flexibilidade curricular, com disciplinas compartilhadas, laboratórios de uso comum e reconhecimento do efetivo trabalho de todos os envolvidos nas atividades. Nas universidades, escolas e institutos de pesquisa existe uma lógica que permite que obstáculos de ordem epistemológica, institucional e pessoais se manifestem e se avolumem, o que impede trabalhos mais colaborativos. A incorporação de novas gerações reproduz essa lógica, com os concursos públicos limitando fortemente a incorporação de profissionais com formação diferenciada.

Numa perspectiva ampliada, a disciplinaridade encontra-se amparada nas Diretrizes Curriculares Nacionais, nos modelos das agências financiadoras da pesquisa, com seus comitês assessores e nos Conselhos Profissionais, nos modelos das agências financiadoras da pesquisa, com seus comitês assessores e nos Conselhos Profissionais atuando como “guardiões” de uma formação extremamente especializada. Mesmo as

diferentes formas de organização da comunidade científica tendem a reproduzir modelos compartimentados, com baixa capacidade de representação do conjunto de produtores/difusores de ciência.

Como forma de enfrentar os desafios apresentados é necessário:

Desenvolvimento de ações efetivas, pelas agências financiadoras de pesquisa, na implementação de atividades interdisciplinares tais como aumento do número de editais que contemplem a interdisciplinaridade como elemento norteador da pesquisa; promover a institucionalização da interdisciplinaridade como área de pesquisa;

Privilegiar, nos concursos públicos, o conhecimento e as habilidades requeridas, e não a chancela burocrática de um diploma de determinado curso disciplinar;

Promover a transversalidade na formação acadêmica, a flexibilidade curricular, o incentivo à formação e interação de grupos/redes de pesquisas;

Estimular a reflexão sobre a interdisciplinaridade por meio de seminários, colóquios e nas matrizes curriculares;

Prever recursos – financeiros, de tempo de trabalho docente e pessoal técnico-administrativo – para atividades interdisciplinares, com atribuição de carga horária didática e de pesquisa;

Buscar o diálogo e estratégias de ação conjunta entre as diversas entidades de representação da comunidade científica

Reconhecer a interdisciplinaridade como um valor em todas as áreas de conhecimento na política de autorização e avaliação de cursos de pós-graduação, com a flexibilização das exigências de formação do corpo docente.

Por fim, as políticas públicas de ciência, tecnologia e educação devem promover uma ampla modificação dos *ethos* intelectual dos professores e dos pesquisadores brasileiros.